

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Agro-Bioenergia
Período de Análise: outubro de 2009.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Isto é Dinheiro Rural
Revista Globo Rural

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	4
Etanol.....	4
Produtor não pode nem pisar na sua área – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/10/2009	4
ETH fecha acordo para se unir à Brenco - Eduardo Magossi – Estado de São Paulo – 09/10/2009	5
Etanol é a nova aposta da Ypióca – Globo rural – outubro de 2009.....	6
Cana mais que aproveitada – Globo Rural – outubro de 2009	6
Competitividade do álcool pode cair com preço em alta - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 02/10/2009	7
CTC terá novas variedades de cana produtivas e resistentes a doenças – Valor Econômico – agronegócios – 07/10/2009	8
Chuvas ainda prejudicam moagem da safra de cana – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – agronegócios – 09/10/2009	9
Estudo mostra benefícios do etanol de cana – Valor Econômico – Agronegócios - 15/10/2009.....	10
Família Biagi perde papel de destaque em açúcar e álcool - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 16/10/2009	10
'Porta-voz' do setor planeja aporte – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 16/10/2009	12
Usinas de MG farão venda 'conjunta' de crédito de carbono - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 16/10/2009.....	13
Cenário positivo para o setor sucroalcooleiro em 2010/11 - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 22/10/2009	14
Moagem de cana sobe 8,8% na quinzena - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 23/10/2009	15
Álcool e gás puxam IPCA-15 - Juliana Cardoso – Valor Econômico – Brasil - 26/10/2009	15
BP trará etanol celulósico ao Brasil em 2013 - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 26/10/2009	16
Maior refinaria de açúcar do mundo aposta no país – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 26/10/2009.....	17
Cana alivia baixa do valor da produção no campo paulista - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 29/10/2009	18
Fornecedores vão receber mais pela matéria-prima - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 29/10/2009.....	19
Biodiesel.....	20
Petrobras adquire 50% de usina de biodiesel em obras no Paraná - Marli Lima – Valor Econômico – Agronegócios - 20/11/2009	20
Locomotivas serão movidas a biodiesel – Valor Econômico – Especial - 30/10/2009	21
POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS	22
Etanol.....	22

Viés centralizador – O Globo – Opinião – 13/10/2009	22
Ampliar benefícios – José Luis Vianna – O Globo – Opinião – 13/10/2009	22
Para economista, pré-sal deve financiar transição energética - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial – 02/10/2009	23
Esperança para a energia renovável - Kandeh K. Yumkella – Valor Econômico – Opinião - 13/10/2009	28
Cenário positivo para biocombustível - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 14/10/2009	29
ETH fornecerá etanol para 'plástico verde' – Valor Econômico – Agronegócios – 14/10/2009	31
Biodiesel	32
Biodiesel: novas regras beneficiam agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA - 23/10/2009	32
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	33
Etanol	33
Compra de álcool do Brasil provoca polêmica na Suíça - Assis Moreira, - Valor Econômico – Agronegócios - 15/10/2009	33
Energia renovável não bastará, diz AIE – Valor Econômico – Internacional – 20/10/2009	33
Biodiesel	35
Impasse na Mesa Redonda da palma – Valor Econômico – Agronegócios – 27/10/2009	35

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Etanol

Produtor não pode nem pisar na sua área – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/10/2009

A obrigatoriedade de ter uma área destinada à reserva legal dentro de cada propriedade rural virou uma grande dor de cabeça para produtores de cana-de-açúcar da região de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. Embora o prazo para averbação das áreas termine em 11 de dezembro, alguns fazendeiros já sofrem sanções por parte do Ministério Público (MP) local.

Na Usina Santa Adélia, com sede em Jaboticabal, 1.950 hectares de lavoura estão embargados pela Justiça há mais de um mês. “Não podemos fazer a colheita da cana nem adubar áreas plantadas. Não podemos nem pisar no local sob ameaça de multas diárias”, afirmou o proprietário da indústria de açúcar e álcool, Norberto Bellodi, que faz parte da quarta geração da família italiana, que chegou ao Brasil no início do século passado e fez fortuna.

Bellodi deverá recorrer da decisão, que considera extremamente injusta e pouco inteligente. Ele comenta, orgulhoso, que a empresa conseguiu recuperar 100% da Área de Preservação Permanente (APP) de sua propriedade, de 15 mil hectares.

Por causa do embargo, 180 funcionários estão sendo realocados em outras áreas da empresa.

A maior surpresa das ações do MP, no entanto, é o Grupo Balbo, o maior produtor de cana-de-açúcar orgânico do mundo.

De seus canaviais, saíu o famoso Native, sinônimo de açúcar orgânico, vendido nas principais redes de supermercados de mais de 60 países. O produto tem seis certificações internacionais, que lhe rendem contratos milionários. Nada disso, no entanto, impediu a fúria do MP. Num dos últimos rounds do processo, que promete durar mais algum tempo, a Justiça enviou às instituições financeiras nacionais um ofício determinando o fechamento de linhas de crédito para a empresa.

A medida foi revertida, já que o processo está em 1ª instância e cabe recursos. Mas todo o embate atrasou em seis meses a liberação de um empréstimo para a construção de uma unidade de geração de energia, conta o sócio da empresa, Clésio Antônio Balbo. Na quinta-feira, o empresário recebeu a reportagem do **Estado** na Usina Santo Antônio, onde tudo começou com seu avô, na década de 40.

Metódico e bom de conversa, ele contou calmamente a história de construção do grupo e lamentou que todo esse problema esteja ocorrendo.

Hoje, diz ele, a empresa trabalha com uma medida de efeito suspensivo e devolutivo contra as multas cobradas do grupo pela falta da reserva legal.

Balbo considera algumas definições do código florestal inconstitucional, como o caso da recomposição de áreas devastadas no passado. “A lei não pode ter efeito retroativo. Desde que ela foi instituída, não tem uma área desmatada em nossa propriedade.”

Além disso, algumas posses foram adquiridas posteriormente ao desmatamento, diz ele, baseado em pareceres de juristas famosos e estudos de institutos renomados.

ETH fecha acordo para se unir à Brenco - Eduardo Magossi – Estado de São Paulo – 09/10/2009

A ETH Bioenergia, do grupo Odebrecht, fechou um acordo de exclusividade para unir suas operações com a produtora de etanol Brenco, que passa por dificuldades financeiras. As duas empresas não revelaram como essa fusão será feita – segundo o presidente da ETH, José Carlos Grubisich, será feita inicialmente uma avaliação dos ativos da Brenco, e só depois disso que será definida a forma de combinação entre as duas empresas. A fusão vai criar a maior produtora de etanol de cana-de-açúcar do Brasil e do mundo. Juntas, elas produzirão 3 bilhões de litros de etanol por ano e 2.500 GW/hora por ano de energia elétrica a partir da biomassa.

Segundo Grubisich, não existe ainda uma opção definida para o acordo, nem a modelagem que será adotada em uma participação que cada sócio terá na nova empresa a ser formada pela incorporação. O presidente da Brenco, Philippe Reichstul, afirmou, entretanto, que a operação deverá manter todos os atuais sócios das duas empresas.

Reichstul afirmou que a melhor definição da operação seria uma combinação de ativos, e não a incorporação da Brenco pela ETH. Segundo o executivo, as duas empresas são complementares e possuem estratégias semelhantes por concentrar seu principal negócio na produção de bioenergia, seja etanol ou bioeletricidade.

Na negociação, a ETH está sendo assessorada pela Estáter Gestão e Finanças e a Brenco pelo Itaú BBA. Tanto a ETH como a Brenco são empresas relativamente novas no setor sucroalcooleiro, e que adotaram estratégias semelhantes de construir novas usinas (greenfields) dedicadas à produção de etanol e de cogeração de energia elétrica a partir do bagaço de cana em polos produtivos.

A ETH, controlada pela Odebrecht juntamente com a trading japonesa Sojitz, que possui 33% das ações, possui cinco usinas, três das quais são projetos greenfield que estarão em operação até o final de

2009. A Usina Rio Claro, em Goiás, já está em operação desde agosto e a Usina Santa Luzia I, em Mato Grosso do Sul e a Conquista do Pontal, em São Paulo, ligam as caldeiras até o final de outubro. As três usinas seriam unidades iniciais de três polos maiores. Elas iniciam as operações com capacidade de moagem de 3 milhões de toneladas de cana cada uma.

Desde que foi criada, em 2007, a ETH já recebeu R\$ 1 bilhão de capital de seus sócios – sendo R\$ 204 milhões só este ano. Além dos novos projetos, a empresa também comprou duas outras usinas: a Eldorado e a Alcídia, que moem 2,1 milhões e 2,4 milhões de toneladas, respectivamente. Como essas usinas já estavam operando, isso beneficiou o fluxo de caixa da empresa.

O fato de a Brenco ter se concentrado em grandes projetos greenfield, e não contar com um fluxo de caixa constante, deixou a empresa sem liquidez durante a crise financeira de 2008, o que a levou à procura de sócios para tocar o projeto.

Até o momento, nenhuma das quatro usinas em construção da Brenco entrou em operação, porque a empresa deixou de honrar seus pagamentos com as empresas de máquinas e equipamentos. A expectativa é de que a primeira usina, a Morro Vermelho, em Goiás, entre em operação em cerca de 60 dias. A Usina de Alto Taquari, em Mato Grosso, entrará em operação em março de 2010, e as outras duas, Costa Rica, em Mato Grosso do Sul, e Água Emendada, em Goiás, entram em operação no final de 2010. Todas possuem capacidade de moagem de 3,8 milhões de toneladas de cana cada.

O presidente da Brenco afirmou também que a empresa acabou de receber a última parte da capitalização da companhia, feita via emissão de debêntures, com a entrada de R\$ 150 milhões. Apenas em 2009, a empresa recebeu uma injeção de R\$ 500 milhões com a emissão de debêntures. Apenas com fornecedores de cana e equipamentos, o mercado estima que a dívida da Brenco ultrapasse R\$ 100 milhões. Entre os acionistas da Brenco, estão o próprio Reichstul, o ex-presidente do Banco Mundial James Wolfensohn, o fundador da Sun Microsystems, Vinod Khosla, e o BNDES Par. Segundo o presidente da Brenco, Philippe Reichstul, a união das duas empresas não será apenas uma forma de solucionar os problemas de caixa da Brenco mas é a preparação de uma empresa líder em bioenergia para uma abertura de capital. “Teremos uma escala atraente, mais competitividade e escala, com uma moagem conjunta de 37 milhões de toneladas de cana, que deverá ser bastante apreciada no mercado de capitais”, disse José Carlos Grubisich.

Etanol é a nova aposta da Ypióca – Globo rural – outubro de 2009

Conhecida por ser grande produtora de cachaça, a empresa sediada no Ceará investe R\$ 80 milhões na construção de fábrica de etanol para abastecer o estado

(26/10/2009) Texto: Juliana Costa / Fotos: Ernesto de Souza*

Consolidada como uma das maiores empresas de **aguardente** do Brasil, com capacidade instalada para a produção de 126 milhões de litros da bebida por ano, nos últimos tempos a **Ypióca** tem diversificado suas áreas de atuação ao investir em segmentos como agropecuária, papelão e água mineral. A mais recente aposta do grupo é o etanol, e, para isso, foi inaugurada em outubro, na cidade de **Jaguaruana**, CE, uma fábrica capaz de produzir 50 milhões de litros do produto anualmente.

Para a construção da unidade, adequada também à produção de **cachaça**, foram investidos R\$ 80 milhões, sendo 60% deste valor para a aquisição de equipamentos para os 100 mil metros quadrados de área industrial. 'É a mais moderna fábrica de aguardente e **álcool** do Brasil, pois é a única inteiramente computadorizada', afirma José Paulo dos Santos, gerente de engenharia do grupo.

Este ano, a estimativa é de que sejam processadas 100 mil toneladas de **cana-de-açúcar** no local. Em 2012, quando a fábrica estiver com sua capacidade máxima, serão 700 mil toneladas. 'O Ceará importa 152 milhões de litros de álcool por ano. Vamos abastecer quase 50% do mercado do estado', afirma Everardo Ferreira Telles, presidente da Ypióca. Para isso, 20 milhões de litros de álcool serão produzidos na fábrica localizada em Paraipaba, também no Ceará.

A nova unidade possui tecnologia para a produção de aguardente, **etanol**, álcool neutro e álcool anidro, o que, de acordo com Aline Telles, diretora de marketing da empresa, garante segurança para os negócios do grupo. 'A fábrica de Jaguaruana é preparada para atender às tendências do mercado', diz.

**a equipe de Globo Rural viajou a convite da Ypióca*

Cachaça, aguardente, caninha ou branquinha. O termo não faz diferença. A lista de sinônimos - muito mais extensa - já é um indicativo da popularidade que a bebida brasileira possui no país e, nos últimos anos, no mundo inteiro. Proporcional ao sucesso da cachaça é a quantidade de bagaço de cana gerada a partir de seu processo de produção. Influenciada pelas questões ambientais e pensando no potencial do resíduo, a empresa cearense **Ypióca**, uma das maiores produtoras de aguardente do Brasil, desenvolveu uma série de usos para as cerca de 450 mil toneladas de bagaço geradas a cada safra (de agosto a dezembro).

As seis fábricas da empresa utilizam o **bagaço de cana** para produzir a energia necessária para a movimentação de suas máquinas. Algumas unidades ainda obtêm toda a eletricidade de que precisam a partir do resíduo.

Proprietária de uma empresa de papel, a Ypióca também direciona uma parcela do bagaço de cana para a produção de papelão, parte usado nas **embalagens de cachaça** e parte comercializado, sobretudo sob a forma de caixas. Além desta fábrica, capaz de produzir 70 toneladas por dia de bobinas de papel e caixas, o grupo diversificou sua área de atuação investindo em segmentos como água mineral e agropecuária.

Para **alimentar o gado** - de onde vem a carne que integra a refeição dos funcionários -, são fabricadas rações à base de bagaço que, depois de beneficiado, tem cerca de 80% de sua digestibilidade aumentada. As leveduras originárias do processo de fermentação do **caldo da cana** também são componentes para a fabricação de ração. Os animais, por sua vez, produzem adubo orgânico para os canaviais. 'Com todo este aproveitamento, fechamos um ciclo', comenta o presidente do grupo, Everardo Ferreira Telles.

O bagaço ainda é encaminhado à **compostagem** para a produção de adubo orgânico e é matéria-prima para a fabricação do briquete, uma espécie de tora de madeira feita a partir do bagaço submetido a altas pressões. Ele é usado para gerar energia em empresas de cerâmica e pizzarias, por exemplo. Segundo a diretora de marketing da Ypióca, Aline Telles, o mais importante não é a variedade de produtos, mas a utilização dos materiais gerados até que a cachaça esteja pronta.

Plantio orgânico

O grupo mantém uma unidade de 200 hectares para a plantação de **cana de açúcar orgânica** em Pindoretama, no Ceará. O cultivo, que não utiliza adubos químicos e é fermentado com leveduras naturais, produz aproximadamente dois milhões de litros de cachaça orgânica por ano.

A aguardente é armazenada em barris de freijó, madeira que não libera óleos, evitando assim que a bebida assuma alguma coloração diferente da natural. De acordo com Everardo Telles, toda a cana orgânica necessária para suprir as necessidades da empresa neste ano já foi produzida.

Competitividade do álcool pode cair com preço em alta - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 02/10/2009

Os preços do álcool combustível seguiram firmes nesta semana no mercado físico, sustentados pelo atraso da colheita de cana na região Centro-Sul do país e também pela boa demanda. Abastecer com etanol no Brasil continua competitivo, mas as recentes altas dos preços do produto já tornam o combustível menos atraente em alguns Estados.

A competitividade do álcool é maior quando seus preços equivalem a até 70% dos da gasolina. Em São Paulo, maior região produtora de etanol do país, a cotação do etanol equivale a 55% do valor do combustível fóssil.

O último levantamento divulgado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostra que em 21 Estados é vantagem abastecer com etanol. No entanto, em 13 deles a equivalência com os preços da gasolina é igual ou superior a 65%. Somente em oito Estado esta relação está abaixo de 65%. Em outros seis Estados, sobretudo os que não têm tradição na produção de cana, a equivalência supera os 70%.

Analistas ouvidos pelo Valor afirmam que a tendência é de alta para os preços do etanol nos próximos meses, uma vez que a colheita de cana já supera os 65% do total previsto para a região Centro-Sul do país.

Na semana encerrada no dia 25 de setembro, as cotações do álcool hidratado fecharam a R\$ 0,8509 o litro (sem impostos), aumento de 7,96%. O litro do anidro fechou a R\$ 0,9708 (sem impostos), alta de 6,91%, de acordo com levantamento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). A expectativa é de novas elevações das cotações, que serão divulgadas nesta sexta-feira.

A demanda mensal por álcool combustível já bateu os 2 bilhões de litros, dos quais 1,5 bilhão de litros do tipo hidratado. Segundo Antonio de Padua Rodrigues, diretor-técnico da Unica (União das Indústrias da Cana-de-açúcar), somente a alta dos preços do etanol poderá inibir o consumo do combustível. Padua não acredita em desabastecimento do combustível durante a entressafra, uma vez que a demanda por álcool no mercado internacional segue fraca.

CTC terá novas variedades de cana produtivas e resistentes a doenças – Valor Econômico – agronegócios – 07/10/2009

De
07/10/2009

São

Paulo

O Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), com sede em Piracicaba (SP), vai colocar este ano no mercado duas novas variedades de cana convencional mais produtivas e resistentes a doenças. Essas cultivares, batizadas de CTC 19 e CTC 20, fazem parte da quinta geração de novas variedades desenvolvidas pela empresa.

A CTC 19 tem seu pico de produtividade a partir de junho, período de pico da colheita de cana no Centro-Sul do país. Já a CTC 20 tem sua melhor performance entre março e abril, início da safra na mesma região, afirmou Tadeu Andrade, diretor de pesquisa e desenvolvimento do CTC. "Pela primeira vez na história do CTC desenvolvemos variedades com alto índice de produtividade. A CTC 19 tem um

desempenho 11% maior que as variedades mais tradicionais utilizadas em campo. Já a CTC 20 chega 38% na comparação com suas concorrentes", disse.

O CTC se debruçou por 12 anos em pesquisas antes lançar essas duas variedades. "Hoje conseguimos fazer o mesmo em 10 anos", afirmou. "Essas cultivares também são apropriadas para regiões mecanizadas."

Desde setembro de 2004, quando começou a operar independente da Copersucar, seu antigo controlador, o CTC colocou no mercado 20 variedades de cana, todas batizadas como CTC. Na gestão da Copersucar, foram lançadas 67.

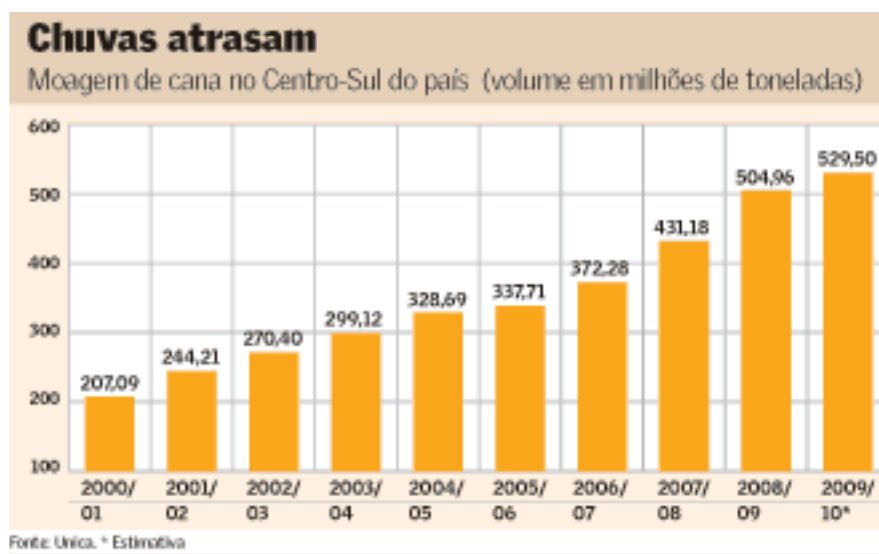
Nos últimos anos, o CTC tem investido cerca de US\$ 4 milhões por ano em pesquisa e desenvolvimento. "Temos o maior banco de germoplasma do mundo em cana", afirmou.

Neste ano, o CTC anunciou duas importantes parcerias, uma com a Dow e outra com a Basf, em pesquisas de cana geneticamente modificadas. Com a Dow, a empresa firmou parceria para o desenvolvimento de variedades de cana resistentes à broca-do-colmo (*Diatraea saccharalis*). Esta praga causa prejuízos aos canaviais de cerca de R\$ 1 bilhão ao ano. Já com a Basf a empresa pesquisa variedades de cana resistentes à seca. (MS)

Chuvas ainda prejudicam moagem da safra de cana – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – agronegócios – 09/10/2009

As chuvas continuam atrapalhando o desempenho da moagem de cana da safra 2009/10 no Centro-Sul do país. O processamento da matéria-prima na segunda quinzena de setembro atingiu 29,9 milhões de toneladas, recuo de 11% sobre igual período do ciclo passado, segundo levantamento da União da Indústria da Cana-de-açúcar (Unica).

No acumulado da safra, o volume esmagado totalizou 377,5 milhões de toneladas, 7,7% maior em relação ao mesmo período do ciclo anterior. Por conta das chuvas, a Unica revisou para baixo a moagem de cana, de 550 milhões para 529,5 milhões de toneladas.



Até o dia 1º de outubro, a produção de açúcar totalizou 20,7 milhões de toneladas, um aumento de 8,9% sobre o mesmo período da safra passada. A produção de etanol atingiu 16,43 bilhões de litros, queda de 3,1% sobre o ciclo anterior. As exportações do combustível entre abril e setembro atingiram 2,1 bilhões de litros, recuo de 12,5% sobre igual período do ano passado.

Segundo a Unica, os preços do álcool combustível estão em recuperação nessas últimas semanas, como reflexo da maior demanda pelo produto no mercado interno e menor disponibilidade do combustível por conta do clima. Em setembro, dos 30 dias disponíveis para moagem apenas 20 foram aproveitados pelas usinas.

O consumo de álcool hidratado no Centro-Sul está fortemente aquecido, em torno de 1,5 bilhão de litros mensais. A expectativa é de que recue nos próximos meses por conta do aumento dos preços durante a entressafra. (MS)

Estudo mostra benefícios do etanol de cana – Valor Econômico – Agronegócios - 15/10/2009

O uso de etanol como substituto da gasolina está entre as maneiras mais baratas e fáceis de reduzir as emissões dos gases-estufa, segundo estudo publicado ontem. Ele fornece quase oito vezes mais a energia usada para produzi-lo e a adoção de novas variedades de cana e de processos poderia elevar a sua eficiência. Além disso, os benefícios ambientais são redobrados pela queima do bagaço nas termelétricas - e, às vezes, até mesmo alimentando a rede elétrica.

"Como já é competitivo com a gasolina nos preços atuais do petróleo, o custo adicional (de adotá-lo) é zero", diz Isaías Macedo, do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético da Unicamp, um dos autores do estudo desenvolvido em parceria com a USP.

Em 2006, as emissões nos setores de transporte e de energia foram 22% menores do que seriam se os carros do país consumissem só gasolina, acrescenta o estudo.

Família Biagi perde papel de destaque em açúcar e álcool - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 16/10/2009

O anúncio da incorporação da Santelisa Vale, de Sertãozinho (SP), pela companhia francesa Louis Dreyfus será feito nos próximos dias. O fechamento do negócio depende da assembleia dos acionistas da companhia, que foi remarcada para o dia 26, na sede da usina, para definir os detalhes da operação. A transação marcará o fim do papel de protagonista da família Biagi do setor sucroalcooleiro.

A família, uma das mais tradicionais do país no segmento, vira, assim, uma página importante de sua história. Deixa de ser proprietária do segundo maior grupo de açúcar e álcool do Brasil para se tornar acionista - e coadjuvante - da companhia que será criada pela multinacional francesa após a incorporação da Santelisa Vale.

Os cálculos são que os irmãos Biagi, exceto Maurílio Biagi Filho, e a família Junqueira Franco ficarão com uma fatia entre 16% e 17% da nova empresa. O banco Goldman Sachs e o BNDESPar terão, cada um, cerca de 1%. A Louis Dreyfus passará a

ser majoritária, com 62% de participação, e o restante será distribuído entre novos investidores, boa parte ligada ao grupo francês.

Mesmo diluída a participação dos acionistas na nova empresa, o bolo é grande. Trata-se da segunda maior companhia de açúcar e álcool do país, com capacidade de moagem de cerca de 40 milhões de toneladas de cana, volume inferior apenas ao do grupo Cosan, que pode processar até 60 milhões de toneladas.

Não foi uma negociação fácil para a Louis Dreyfus, que teve de vencer a concorrência com pesos pesados como Bunge, Cosan, São Martinho com GP e Cargill. Depois de meses de discussão, o grupo francês ainda encontrou muita resistência dos principais acionistas da Santelisa Vale: as famílias Biagi e Junqueira Franco.

Os principais acionistas da companhia, com sede em Sertãozinho, não queriam dividir a gestão com ninguém. É que a empresa passou por um processo recente de união, em 2007, quando o grupo Cosan fez uma oferta pela compra da Cia. Vale do Rosário, de Morro Agudo (SP). Àquela época, a Vale do Rosário atuava de forma independente e era coordenada pelo usineiro Cícero Junqueira Franco.

Junqueira Franco não se rendeu à proposta feita pelo empresário Rubens Ometto e preferiu unir forças com a Santa Elisa, controlada pela família Biagi, para criar uma das maiores companhias do setor. Nascia a Santelisa Vale, resultado da fusão entre a Santa Elisa, Vale do Rosário e outras cinco usinas paulistas, com capacidade de moagem de quase 20 milhões de toneladas.

As famílias Biagi e Junqueira Franco só não contavam com a crise financeira. Alavancada, a Santelisa foi abatida pela turbulência global. Com dívidas que beiravam R\$ 3 bilhões, não restou outra alternativa senão a procura por novos investidores.

Era isso ou a recuperação judicial, caminho que foi trilhado por dezenas de usinas do setor. Para coordenar o processo de reestruturação, a Santelisa Vale contratou a consultoria Angra Partners e o executivo Luiz Kauffman. Kauffmann deixa a empresa no dia 20.

Luiz Biagi, um dos acionistas da Santelisa, reconhece a responsabilidade dessa operação. Ele, seu irmão André Biagi, presidente do conselho de administração da empresa, Cícero Junqueira Franco e os outros acionistas da família sabiam que não restavam muitas alternativas.

Discreto, Luiz Biagi, formado em economia, prefere não falar diretamente da Santelisa. O empresário orgulha-se de sua passagem pelo setor de bens de capital nos anos 80. A Renk-Zanini, uma das principais empresas de equipamentos para o setor sucroalcooleiro, também é controlada pela família Biagi. No início dos anos 90, a Renk-Zanini chegou a se fundir com a Dedini operação desfeita mais tarde. Hoje, a companhia está em delicada situação financeira.

A família Biagi também tem outros negócios fora do setor. Luiz, André e Alexandre Biagi controlam empresas engarrafadoras da Coca-Cola. Cristiano Biagi, filho de Luiz, está à frente da Sorocaba Refrescos. Luiz também atua no segmento de concessionária de veículos e possui uma holding, a B5, que faz investimentos em vários segmentos da economia. André Biagi está à frente da Refrescos Ipiranga e Alexandre controla uma engarrafadora da Coca-Cola na região de Uberlândia, no Triângulo Mineiro.

A usina Santelisa tem, contudo, forte apelo emocional para a família. Originalmente, o usineiro Maurílio Biagi herdou a fazenda Santa Elisa de seu pai e passou os negócios para seus filhos. Maurílio Biagi Filho comandou a usina por décadas, até deixar a empresa, em 2002.

Uma das primeiras usinas a ter gestão profissionalizada, a Santelisa foi bem-sucedida até um pouco antes da crise financeira global. "Houve até um sopro de esperança de [a usina] não mudar de mãos por conta da recuperação dos preços do açúcar no mercado internacional, mas não havia mais jeito", afirmou uma fonte familiarizada com o negócio.

Os detalhes para a incorporação estão praticamente definidos. Basta apenas o cumprimento de trâmites burocráticos para que a operação seja efetivada. "O negócio está pronto, praticamente fechado. Ainda não está assinado, mas não acredito em mudanças", diz a mesma fonte.

Para a Louis Dreyfus, resta esperar mais alguns dias. A assembleia de acionistas foi remarçada pela segunda vez. A primeira estava prevista para 8 de outubro, mas foi adiada para o dia 16. Com o falecimento de um dos acionistas, foi novamente remarçada, agora para o dia 26. A empresa, que fez sua estreia no setor sucroalcooleiro em 2000, com a compra de sua primeira usina, saltará da oitava posição no ranking do país para a vice-liderança. Basta apenas uma série de "canetadas" dos acionistas para o grande salto do grupo francês.

'Porta-voz' do setor planeja aporte – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 16/10/2009

Uma história delicada é sempre muito difícil de se contar. Ainda mais quando se faz parte dela. Maurílio Biagi Filho não foge à regra. Para, pensa e pondera as palavras. "A Santelisa [ex-Santa Elisa] significou para mim uma vida inteira de trabalho". Pausa. "Hoje é uma página virada". Será?

Em 2002 o empresário deixou a companhia após um acordo com seus irmãos. Um acerto nem um pouco agradável. Na verdade, um desacordo entre eles, mas ninguém gosta de tocar nesse assunto. Nem Maurílio.

O fato é que o tema Santelisa ainda é muito sensível ao empresário. "Nasci lá. Nas minhas mãos, a Santelisa chegou a moer 7,01 milhões de toneladas. Isso foi entre 1997 e 1998, muito antes de a São Martinho [usina paulista do município de Pradópolis] ter batido essa marca [o que ocorreu em 2008]", lembra. "Enquanto estive na empresa, conduzi o processo de incorporação de seis usinas pela Santelisa, que chegou a ser a maior do país".

Agora, prestes a ser incorporada pela francesa Louis Dreyfus, a Santelisa deverá se consolidar na vice-liderança em açúcar e álcool. "Acredito que a Dreyfus vá conduzir bem esse processo". O executivo Bruno Melcher será o CEO da área sucroalcooleira.

Quase sete anos depois de ter deixado a usina, Maurílio assegura que se ainda estivesse no comando da empresa, a Santelisa não estaria trocando de mãos neste momento. No entanto, ele prefere não apontar culpados pela delicada situação financeira na qual a companhia se encontra. "Foi elogiável o que eles fizeram [referindo-se aos seus irmãos]. Eles poderiam ter partido para a recuperação judicial, mas apostaram que encontrariam outra solução".

O empresário, primogênito da família Biagi, foi criado para ser o sucessor da companhia, e assim foi. Assumiu o comando da empresa nos anos 50, tornando a

companhia uma das maiores do país durante os anos 80 e 90. Também foi comandante da Refrescos Ipiranga e ajudou a administrar outros negócios importantes da família, como a Renk-Zanini, da qual também foi presidente. "Foi uma etapa da minha vida que passou", afirma ele. No mercado, Maurílio é conhecido pela publicidade que atrai e ainda tem sua imagem associada à Santelisa. Faz parte do "Conselhão" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sempre foi um importante interlocutor do setor.

Depois de sair da usina, Maurílio bem que tentou se manter anônimo por algum tempo. Por um período, ele se dedicou à Maubisa, empresa de consultoria sucroalcooleira, com sede em Ribeirão Preto, e também à usina Moema, da qual foi fundador e é um dos principais acionistas. A Moema, aliás, também é um capítulo à parte. A empresa, que também tem entre seus principais acionistas a família Junqueira Franco, está sendo vendida. A Bunge tem preferência de compra. O empresário está aprendendo a se desapegar dos negócios.

Depois de deixar a Santelisa, vender qualquer usina ficou mais fácil, afirma o empresário. "Depois da Santelisa, vendi a Cevasa [para a Cargill], e agora a Moema", diz. Maurílio afirma que está investindo na construção de uma nova usina, mas não dá detalhes do futuro empreendimento. "Não quero gerar especulações", desconversa. Mas é categórico: "não vai sair desse setor". (MS)

Usinas de MG farão venda 'conjunta' de crédito de carbono - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 16/10/2009

A Associação das Indústrias de Açúcar e Alcool do Estado de Minas Gerais (AIAA) assinará hoje, em Belo Horizonte, o primeiro memorando de entendimento para o desenvolvimento de um projeto de geração de créditos de carbono com o banco estatal alemão KfW. O projeto se baseará na cogeração de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar.

Será o primeiro projeto do chamado MDL Programático - um formato do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, previsto pelo Protocolo de Kyoto, que possibilita, a partir de uma metodologia única, agregar vários projetos de um mesmo setor e atividade para geração de créditos de carbono e, assim, reduzir custos e prazos de transação. Até hoje, no Brasil, apenas a Sadia tentou realizar esse tipo de mecanismo, com projetos de redução de emissões de gases com biodigestores nos criadores de suínos.

O MDL Programático será desenvolvido com base na metodologia de geração de créditos de carbono a partir de projetos de cogeração, já aprovada na ONU.

Segundo Daniel Ricas da Cruz, gerente da Key Associados, empresa paulista que fará o desenvolvimento e acompanhamento do projeto, o potencial previsto de energia gerada pelas 40 associadas em operação da AAIA é de 2,5 mil MW instalados até 2015.

Isso representaria uma receita, em valores atuais, de aproximadamente R\$ 100 milhões por ano ao grupo, com a comercialização de 3 milhões de toneladas de carbono (CO₂) equivalente. Cada tonelada de gás de efeito estufa que deixa de ser jogado na atmosfera equivale a um crédito de carbono no mercado internacional.

O banco estatal - uma espécie de BNDES da Alemanha - irá bancar os custos de desenvolvimento do projeto através de seu programa de fomento de projetos de MDL em países em desenvolvimento, como o Brasil. Em troca, o banco alemão terá o direito de comprar os créditos de carbono a preços de mercado.

De acordo com o presidente da AIAA, Luiz Custódio Cotta Martins, o aporte deverá ficar entre € 100 mil e € 150 mil, e servirá para cobrir o desenvolvimento e o acompanhamento do projeto, a sua validação (por uma terceira parte independente) e o registro do projeto na UNFCCC, o órgão das Nações Unidas responsável pelos assuntos relacionados à mudança do clima.

As usinas, por sua vez, deverão investir R\$ 4 bilhões para a adequação das plantas à cogeração elétrica, incluindo a aquisição de caldeiras mais modernas e turbinas. Martins afirma que todas as associadas já produzem hoje energia para consumo próprio e que, com o acordo, terão capacidade para vender à rede a sobra.

Segundo Cruz, a vantagem do MDL Programático está em duas frentes: ganho de escala e de custo. "Quem seguir o mesmo padrão nos projetos de cogeração a partir do bagaço de cana poderá entrar no guarda-chuva, reduzindo o prazo de aprovação na ONU de 12 para dois meses e pagando um décimo do custo".

Espera-se que o MDL Programático seja desenvolvido até a metade de 2010. Depois disso, a previsão é da aprovação dos projetos em até dois meses.

Cenário positivo para o setor sucroalcooleiro em 2010/11 - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 22/10/2009

A safra 2010/11 de cana no Centro-Sul do país, que terá início a partir de março do ano que vem, deverá crescer 8,8%, para 590 milhões de toneladas, de acordo com estimativas da Job Economia. Segundo Júlio Maria Martins Borges, presidente da consultoria, o aumento do processamento da cana será sobre a matéria-prima que deixará de ser colhida nesta safra por conta das chuvas.

A colheita do Brasil deverá totalizar 654 milhões de toneladas na nova safra, 8% acima do ciclo anterior. Ao contrário de muitas estimativas do mercado, a produção atual de açúcar não deverá explodir com a forte alta dos preços no mercado internacional. A razão é simples: "A capacidade instalada das usinas está próxima do seu limite", afirmou Borges.

No Brasil, a oferta de açúcar está estimada em 37,7 milhões de toneladas, 11,2% maior que o ciclo anterior. As usinas do Centro-Sul deverão produzir 33 milhões de toneladas, ante 29,2 milhões de toneladas nesta safra. "A estimativa anterior indicava produção de açúcar de 30,6 milhões para o Centro-Sul em 2009/10, mas o clima atrapalhou", disse.

A oferta de álcool deverá ser também maior, uma vez que o consumo no mercado interno segue aquecido. A produção de etanol do país está estimada em 31,1 bilhões de litros, alta de 16,1%. No Centro-Sul, a estimativa é de oferta de quase 25 bilhões de litros.

Apesar do otimismo sobre os preços internacionais da commodity, que deverão se manter firmes também durante os primeiros meses de 2010, as usinas enfrentam limitação para exportar o produto. Os embarques de açúcar estão previstos em 26,7 milhões de toneladas, um crescimento tímido de 700 mil toneladas em relação ao atual ciclo.

Muitos grupos começaram a investir para elevar a expansão da capacidade de produção das usinas em operação para aproveitarem o bom momento do mercado. Empresas especializadas em construir fábricas de açúcar sentem desde o início do segundo semestre aumento da demanda para este tipo de investimento.

A Bevap (Bioenergética Vale do Paracatu), unidade que está sendo construída em João Pinheiro (MG), estuda substituir uma de suas três colunas de álcool por uma

linha de açúcar, disse ao Valor Márcio Gotlib, presidente da usina. A unidade pertence ao grupo Rodovias Integradas do Oeste, que quer diversificar os negócios. O projeto consumiu cerca de R\$ 650 milhões (53% financiados pelo BNDES) e deverá entrar em operação na safra 2010/11, com a moagem de 1,5 milhão de toneladas. A segunda fase do projeto dobrará a capacidade de moagem e poderá produzir açúcar.

Analistas ouvidos pelo Valor acreditam que os preços da commodity podem ultrapassar a barreira dos 30 centavos de dólar por libra-peso na bolsa de Nova York a partir de 2010. Borges é mais cauteloso. Ele acredita em preços firmes na nova safra em relação ao ciclo atual, mas diz que o ciclo de baixa pode ocorrer a partir de 2011 com a recuperação da produção de açúcar em importantes países produtores. Para ele, o pior da crise do setor sucroalcooleiro já passou e o etanol deverá manter uma boa demanda.

Moagem de cana sobe 8,8% na quinzena - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 23/10/2009

A moagem acumulada de cana no Centro-Sul do país referente à safra 2009/10 totalizou 412,748 milhões de toneladas até o dia 16 de outubro, um aumento de 8,8% sobre igual período do ciclo passado, de acordo com o levantamento da União da Indústria da Cana-de-açúcar (Unica).

Somente na primeira quinzena, o processamento da matéria-prima atingiu 35,2 milhões de toneladas, alta de 22,6% sobre igual período do ano passado. Apesar das chuvas sobre as principais regiões produtoras do país, a moagem seguiu ritmo mais intenso frente às últimas quinzenas. O Paraná foi o Estado mais prejudicado pelo clima.

A produção de açúcar no acumulado da safra (até o dia 16) foi de 22,978 milhões de toneladas, um aumento de 11,07% sobre o mesmo período do ano passado.

A oferta de álcool, por sua vez, atingiu 17,954 bilhões de litros, recuo de 3,06%, segundo a Unica. Do total de cana-de-açúcar moída, 43,99% foram destinadas ao açúcar e 56,01% ao etanol.

Dos 23 projetos "greenfield" - construção a partir do zero - previstos para esta safra, 18 já deram início às operações.

O escoamento do etanol nesta primeira quinzena do mês permaneceu nos mesmos patamares das quinzenas anteriores. Mas há uma expectativa de redução nas saídas de álcool hidratado a partir da segunda quinzena desse mês, uma vez que os preços do combustível estão em recuperação. De acordo com o levantamento da Unica, em cerca de 35% do mercado nacional já se verifica uma relação de preços do etanol superior a 65% do preço da gasolina na bomba. A competitividade do etanol nas bombas ocorre quando seu preço equivale a 70% da gasolina.

Ontem, na bolsa de Nova York, os contratos do açúcar para março encerraram o pregão a 23,08 centavos de dólar por libra-peso, com queda de 96 pontos sobre o dia anterior. Em São Paulo, a saca de 50 quilos fechou a R\$ 57,64, segundo o índice Cepea/Esalq.

Álcool e gás puxam IPCA-15 - Juliana Cardoso – Valor Econômico – Brasil - 26/10/2009

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA -15) apresentou ligeira variação, de 0,19% em setembro para 0,18% um mês depois. As expectativas de alguns analistas financeiros iam de 0,21% a 0,28%. Pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em outubro de 2008, o indicador avançou 0,30%.

No acumulado do ano, o índice apresenta alta de 3,34%, inferior à taxa de 5,28% apurada no mesmo período de 2008. Nos 12 meses terminados em outubro, o índice correspondeu a 4,14%, menor do que os 4,27% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores.

"De setembro para outubro alguns itens importantes pressionaram o índice. Foi o caso do botijão de gás, que ficou 2,94% mais caro e deu a maior contribuição individual do mês (0,04 ponto percentual) para a formação do IPCA-15", destacou o IBGE em nota.

O organismo mencionou ainda o aumento expressivo nos preços do álcool combustível (6,35%), que levou a uma elevação de 0,42% na gasolina, uma vez que esse combustível conta com o álcool em sua composição.

Em contrapartida, o grupo alimentação e bebidas caiu 0,25% este mês e "trouxo proximidade entre as taxas do IPCA-15 de setembro e outubro", como notou o IBGE. Entre os itens dentro dessa classe de despesa, o leite pasteurizado recuou 7,29%, o tomate baixou 14,86% e a cenoura registrou redução de 13,97%.

O IPCA-15 refere-se a famílias com rendimento de um a 40 salários mínimos e abrange as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e Goiânia. Entre os índices regionais, o maior foi verificado em Curitiba (acrécimo de 0,38%). As taxas mais baixas ficaram com Salvador e Goiânia, deflação de 0,19% e 0,10%, nesta ordem.

BP trará etanol celulósico ao Brasil em 2013 - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 26/10/2009

A companhia petrolífera inglesa British Petroleum (BP) começa a colocar em prática os resultados de sua pesquisa bilionária em etanol de segunda geração. A primeira planta em escala industrial do grupo começará a ser construída nos EUA em 2010, com início das operações a partir de 2012. A transferência desta tecnologia para as usinas da BP no Brasil será feita logo em seguida, na safra 2013/14, afirmou ao Valor o executivo inglês Philip New, presidente mundial de biocombustíveis da companhia.

Criada em 2006, a divisão de biocombustíveis de uma das maiores companhias de petróleo do mundo deu um salto acelerado neste segmento. O grupo já investiu US\$ 1,5 bilhão em produção de etanol e em pesquisas para o desenvolvimento do combustível de segunda geração a partir dos processos do biobutanol e da lignocelulose.

As pesquisas em etanol de segunda geração começaram a ganhar corpo nos últimos anos, sobretudo nos EUA e Brasil, mas ainda não há produção em larga escala no mundo. A BP pretende ser a primeira.

A companhia inglesa desenvolve pesquisas nessa área em duas frentes. Em biobutanol, a BP tem parceria com a DuPont. O biobutanol é obtido a partir da fermentação de uma matéria-prima vegetal. A diferença é que sua molécula possui dois carbonos a mais que o etanol. Segundo New, o biobutanol tem potencial de energia 20% maior que o álcool convencional. Outro fator a favor deste processo é que o transporte do combustível pode ser feito por meio de dutos onde passam outros produtos, uma vez que este tipo de etanol não tem como característica a não absorção de água.

Com a americana Verenium, a múlti se debruçou para desenvolver o combustível pelo processo de lignocelulose, a partir de "energy grass" - fontes vegetais da família da cana. Juntas, as duas companhias têm uma planta de demonstração com capacidade para 1,4 milhão de galão por ano (cerca de 5,3 milhões de litros).

Além dos projetos em biocombustíveis de segunda geração, a BP está focada em pesquisas para a produção de diesel a partir da cana. Neste campo, a inglesa fechou em agosto uma joint venture com a americana Martek para avançar nesta área.

A BP tem pressa. A múlti acredita na expansão acelerada dos biocombustíveis no mundo e planeja firmar parcerias com usinas no Brasil para expandir a produção de etanol de segunda geração.

A companhia tem participação de 50% na Tropical Bioenergia, usina de açúcar e álcool instalada em Edeia (GO), em sociedade com a Santelisa Vale, de Sertãozinho (SP), e grupo Maeda, ambos com 25% de fatia cada. Para colocar os planos de expansão em biocombustíveis em prática, a BP vai começar a produzir em outras plantas - seja "greenfield" (construção a partir do zero) ou "brownfield" (compra de unidades em operação). Este processo de expansão no país está sendo analisado neste momento pela companhia.

O objetivo é formar clusters de produção na região onde a Tropical está instalada, afirmou ao Valor Mario Lindenhayn, presidente da BP Biocombustíveis do Brasil. A meta é produzir o etanol convencional, por meio do esmagamento da cana, e também o de segunda geração, que será voltado para o mercado externo. Os dois combustíveis serão produzidos em plantas diferentes.

New acredita no potencial da produção desses biocombustíveis em larga escala em 2020 e aposta que a participação da BP neste mercado, a partir da produção do Brasil e dos Estados Unidos, deverá ser de 10% até lá.

Maior refinaria de açúcar do mundo aposta no país – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 26/10/2009

A Al Khaleej Sugar Co., a maior refinaria de açúcar do mundo, está fazendo suas apostas no Brasil. O empresário Jamal Al Ghurair, presidente da companhia, informou ao Valor que compra cerca de 2 milhões de toneladas de açúcar demerara do país por ano.

De acordo com ele, a Copersucar é a principal fornecedora da refinaria. A empresa brasileira fornece cerca de 1,3 milhão de toneladas por ano à refinaria.

Tanto a Copersucar como a Al Khaleej Sugar priorizam contratos de longo prazo. "Cerca de 70% dos nossos contratos são de longo prazo", disse Al Ghurair. Segundo ele, esses contratos dão mais segurança em termos de qualidade e garantia de entrega.

Considerado um dos empresários mais ricos do açúcar no mundo, Al Ghurair está confiante nos altos preços da commodity no mercado internacional. "O Brasil é o meu único fornecedor", disse. O empresário participou, na quinta-feira, do "Sugar Dinner", evento que reuniu cerca de 1.600, entre usineiros, empresários e tradings que atuam no setor sucroalcooleiro.

O Brasil é o maior produtor e exportador global de açúcar. Um dos principais destinos do produto brasileiro é o Oriente Médio.

De acordo com Al Ghurair, ainda não há previsão do grupo de fazer investimentos em usinas de açúcar no Brasil. (MS)

Cana alivia baixa do valor da produção no campo paulista - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 29/10/2009

A cana-de-açúcar vai livrar São Paulo de amargar uma queda histórica no valor de sua produção agropecuária e florestal em 2009. Estimativa preliminar do Instituto de Economia Agrícola (IEA), vinculado à Secretaria da Agricultura do Estado, aponta que, no total, os 54 principais produtos cultivados em terras paulistas renderão R\$ 40,654 bilhões este ano, 4,44% menos que em 2008. Mas isso porque a fatia da cana, carro-chefe do campo estadual, deverá chegar a R\$ 15,530 bilhões, aumento de 10,08% na comparação.

"Se lembrarmos do pessimismo que dominava o mercado no fim do ano passado e que os preços de produtos como carnes e grãos recuaram em 2009, até que o resultado geral não é tão ruim. Há alguns pontos negativos, caso da queda do valor da produção da laranja, por exemplo, mas também há destaques positivos, como os avanços da batata e dos ovos", afirmou o secretário da Agricultura de São Paulo, João Sampaio, ao Valor.

Com as variações calculadas pelos pesquisadores do IEA Alfredo Tsunechiro, Paulo José Coelho, Denise Viani Caser, Carlos Roberto Ferreira Bueno, Eder Pinatti e Eduardo Pires Castanho Filho, a participação da cana no valor da produção paulista volta a aumentar consideravelmente. Segundo o balanço preliminar, a fatia chegará a 38,2%, ante 33,2% em 2008 e 36,18% em 2007. É uma concentração encarada com alguma preocupação por Sampaio pelos reflexos desastrosos em anos de mercado adverso.

Não é o caso de 2009, quando a produção nos canaviais do Estado deve aumentar 2,93% em relação ao ano passado, para 403,4 milhões de toneladas, e os preços médios, puxados pela boa fase do açúcar, devem subir quase 7%. É o segundo ano seguido de incremento dos resultados da cana em São Paulo. Em relação a 2007, quando a cultura perdeu espaço devido, em parte, à queda de preços do álcool, o valor da produção previsto para este ano é pouco mais de R\$ 4 bilhões superior.

A pujança da cana paulista aparece com todas as suas cores quando o IEA lista as principais regiões produtoras do Estado - Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR), segundo a terminologia da secretaria - por valor da produção. É a cana que mantém Barretos como o principal desses EDRs, com valor da produção calculado em R\$ 2,047 bilhões em 2009, mesmo nível de 2008. E é a cana o principal produto agrícola cultivado em nove dos dez principais EDRs paulistas. A honrosa exceção é Itapeva, que aparece na sétima posição e onde a "estrela" é o tomate para mesa.

Os resultados preliminares da pesquisa mostram que a carne bovina permanece como o segundo produto agropecuário mais importante de São Paulo. O valor da sua produção deverá atingir R\$ 5,065 bilhões em 2009, 1,6% menos que no ano passado, mas sua participação no total deve passar de 12,1% para 12,46%. Entre as regiões produtoras, a primeira que aparece no rol do IEA que tem na carne bovina sua locomotiva é Presidente Prudente, na 15ª colocação no ranking.

Madeira de eucalipto aparece em terceiro lugar no ranking dos produtos, apesar de uma estimativa de queda de 18,38% neste ano, para R\$ 2,702 bilhões. A carne de frango deverá render 5,05% mais e chegar a R\$ 2,205 bilhões. A lista dos cinco primeiros chega ao fim com a laranja, sem dúvida, segundo o secretário Sampaio, o grande ponto negativo das estatísticas compiladas pelo IEA.

Com produção 19,81% maior que em 2008, mas preços médios 33,3% inferiores, a laranja destinada às indústrias de suco deverá fechar o ano com valor de R\$

2,002 bilhões, 20,09% menor. No caso da laranja para mesa, cujos preços e produção vão recuar, o valor projetado é de R\$ 756,3 milhões, uma retração de 47,47%.

Com a demanda internacional por suco de laranja ainda retraída, o segmento atravessa uma das piores crises de sua história em São Paulo, que reúne o maior parque citrícola do planeta. O custo médio de produção passa de R\$ 10 por caixa de 40,8 quilos, enquanto o preço da caixa industrial deve fechar 2009, em média, a R\$ 6,73. "Ainda acho que, para os próximos anos, a situação da laranja é reversível", diz Sampaio.

Fornecedores vão receber mais pela matéria-prima - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 29/10/2009

Após dois anos de preços poucos remuneradores, os fornecedores de cana deverão receber mais pela matéria-prima entregue às usinas. Nesta safra 2009/10, os preços médios da matéria-prima pagos ao fornecedor deverá ficar em R\$ 42, alta de 17% sobre a safra passada, que ficou, na média, em R\$ 36 por tonelada, disse Manoel Ortolan, presidente da Associação dos Plantadores de Cana do Oeste de São Paulo (Canaoeste).

Desde a temporada 2007/08, a remuneração dos fornecedores diminuiu por conta da crise financeira pela qual boa parte das usinas do setor passam.

Os casos de inadimplência das usinas também recuaram no Estado de São Paulo, o maior produtor de cana do país, nesta safra, segundo Ortolan. No ano passado, muitas usinas deixaram de pagar pela cana entregue pelos fornecedores. As regiões mais afetadas do Estado foram as de Assis, Piracicaba e Sertãozinho. No ciclo 2008/09, os custos de produção foram um dos maiores da história do setor, em torno de R\$ 52 por tonelada de cana.

A crise atingiu boa parte das usinas, mas a inadimplência ficou mais concentrada em unidades de pequeno porte. Dezenas de delas entraram com pedido de recuperação judicial. O momento delicado enfrentado pelo setor desde o ano passado é diferente da situação vivenciada há dez anos pelo mesmo segmento. Àquela época, nas safras 1998/99 e 1999/00, as usinas estavam com estoques altos de açúcar e de álcool e preços muito abaixo da série histórica. No entanto, os custos de produção ainda eram bem menores.

Biodiesel

Petrobras adquire 50% de usina de biodiesel em obras no Paraná - Marli Lima – Valor Econômico – Agronegócios - 20/11/2009

A Petrobras Biocombustível vai testar no Paraná um novo modelo de administração de uma usina de biodiesel. Após cerca de seis meses de negociações a empresa comprou, por R\$ 55 milhões, 50% da unidade que está sendo construída em Marialva, noroeste do Estado, pela gaúcha BSBIOS. A gestão do empreendimento será compartilhada e o início de produção está previsto para março.

O investimento marca a entrada da Petrobras Biocombustível no Sul do país. Ela já possui usinas em funcionamento em Montes Claros (MG), Candeias (BA) e Quixadá (CE) e tem capacidade instalada de produção de 324 milhões de litros de biodiesel por ano - um novo projeto está em cursos no Rio Grande do Norte. A unidade paranaense poderá fazer 120 milhões de litros por ano e gerará 120 empregos diretos.

A chegada da Petrobras representa uma nova fase na usina de Marialva, que começou a ser erguida pela Agrenco em 2007 e que tinha inauguração prevista para 2008. Como a Agrenco entrou em recuperação judicial, o ativo foi vendido para a BSBIOS por R\$ 40 milhões em uma negociação que começou no início de 2009 e foi anunciada em maio. Antes disso, BSBIOS e Petrobras tinham informado ao governo do Paraná, separadamente, que pretendiam investir na produção de biodiesel no Estado. Agora uma nova empresa será criada para unir os dois sócios e a obra deverá receber R\$ 100 milhões até a finalização. O aporte da Petrobras será para concluir o projeto.

"Para nós é muito estratégica essa parceria de gestão no Paraná", disse o presidente da Petrobras Biocombustível, Miguel Rossetto. Ele ressaltou que, como grande parte da renda da atividade será obtida da área agrícola, a intenção é fazer com que parte dela fique nas mãos de pequenos e médios produtores de grãos da região, que serão os principais fornecedores de matéria-prima.

Hoje o Paraná conta com três usinas de biodiesel, mas usa apenas um terço da capacidade instalada, de 68 milhões de litros por ano. A Biopar, de Rolândia, região norte, responde por 98% da produção, que deverá chegar a 22 milhões de litros em 2009 - ou 1,4% do total estimado para o país. O Estado é o terceiro maior consumidor de óleo diesel (foram 3,9 bilhões de litros em 2008), atrás de São Paulo e Minas.

Com a alta de 4% para 5% de biodiesel na mistura do diesel, a demanda aumentará e, segundo o secretário da Agricultura do Paraná, Valter Bianchini, a meta é a autossuficiência. Outro projeto ficará pronto no início de 2010, com uma usina de produção de biodiesel para o consumo de agricultores familiares do sudoeste do Estado.

O diretor-superintendente da BSBIOS, Erasmo Battistella, contou que planeja participar de leilão de biodiesel em fevereiro. A BSBIOS produz há dois anos em Passo Fundo (RS), onde tem capacidade para 160 milhões de litros por ano. Faturou R\$ 340 milhões em 2008 e prevê R\$ 380 milhões para 2009. Para 2010, quer investir R\$ 100 milhões em uma esmagadora no Rio Grande do Sul.

Locomotivas serão movidas a biodiesel – Valor Econômico – Especial - 30/10/2009

Em consórcio com a empresa produtora de dendê Biopalma da Amazônia, a Vale produzirá, a partir de 2014, biodiesel para mover suas locomotivas em operação no Norte do país e os equipamentos de exploração de minério de ferro nas minas de Carajás (PA). O consórcio, que investirá US\$ 500 milhões no sistema produtivo, deve ser o maior produtor de óleo de palma da América. A Vale aportará US\$ 305 milhões na nova parceria, na qual terá 41% do capital. A companhia planeja construir uma usina de biodiesel no Pará até 2011.

A estratégia da Vale inclui a substituição de 20% do diesel consumido por suas 216 locomotivas do Norte pelo biodiesel a base de óleo de dendê. A tecnologia de conversão dos motores foi desenvolvida pela Vale Soluções em Energia (VSE), empresa cujo capital é dividido ao meio com o BNDES. "Já temos biodiesel para rodar com 3% de mistura ao diesel, mas precisamos ampliar a produção e ter autossuficiência para atingir os 20% em 2014", diz o diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Vale, Luiz Cláudio Castro.

O plantio do dendê ocorrerá em 130 mil hectares de seis municípios do Centro-Norte do Pará e garantirá à Vale o oferta de todo o biodiesel necessário para suas locomotivas - 60 mil hectares serão plantados e 70 mil vão servir para recompor as áreas de reserva legal.

No Sul, a Vale negocia com a Petrobras o uso de gás nas locomotivas, tecnologia desenvolvida pela VSE. "Só dependemos da oferta e da disponibilidade desse gás para incluir o combustível na nossa matriz energética de transporte", afirma Castro. A Vale é dona de 10,2 mil km de ferrovias e, por esses trilhos, transporta grãos, combustíveis, produtos químicos, materiais de construção e todas as matérias-primas para a siderurgia.

A companhia estima uma produção anual de 500 mil toneladas de óleo de dendê, o que deve significar 160 mil toneladas de biodiesel por ano. "A conta ambiental será mais importante do que o resultado financeiro", diz o diretor da Vale. "Faremos a recomposição das reservas legais e de áreas de preservação permanente por meio dessa iniciativa. Estamos apagando um passivo dessas áreas."

A empresa planeja corte de 12 milhões de toneladas de CO₂ - o equivalente à poluição causada por 200 mil carros a cada ano. O consórcio prevê gerar 6 mil empregos diretos nas áreas de produção, situadas numa região responsável por um dos mais baixos IDHs do país. Já foram plantadas 800 mil mudas de dendê em 5 mil hectares na região dos municípios de Moju, Acará e Baião. O consórcio prepara outras 2,3 milhões de mudas para ampliar em 12,5 mil a área cultivada até o início de 2010.

(MZ)

POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Etanol

Viés centralizador – O Globo – Opinião – 13/10/2009

A produção brasileira de petróleo e gás certamente dará um salto quando estiverem em operação os campos já descobertos na chamada camada do pré-sal. Embora essa expansão só possa ser efetivamente assegurada quando forem delimitadas as reservas, e os testes de longa duração confirmarem a produtividade provável dos campos, simulações indicam que o Brasil terá um saldo positivo na balança comercial do petróleo (exportações menos importações), da ordem de 1 milhão de barris diários.

Com isso, o petróleo deverá liderar a lista dos produtos que o Brasil estará exportando mais ao fim da próxima década. O petróleo é negociado para pagamento à vista (menos de 90 dias). Então é um volume de recursos que pode ter, de fato, forte impacto nas finanças externas do país. Como é uma riqueza finita, a prudência e a experiência econômica recomendam que o Brasil tente poupar ao máximo essa renda adicional proveniente das exportações de petróleo. O mecanismo mais usual é conhecido como fundo soberano, por meio do qual as divisas são mantidas em aplicações seguras que proporcionem, preferencialmente, bom retorno e ainda contribuam positivamente para o desenvolvimento da economia brasileira.

Os resultados dessas aplicações devem ser direcionados para investimentos internos que possibilitem avanços sociais importantes (educação, infraestrutura, meio ambiente, ciência e tecnologia). É uma estrutura que precisa estar institucionalmente bem definida, abrindo-se a possibilidade de renovação nas prioridades, que devem ser ajustadas à realidade futura.

Não são poucos os exemplos de oportunidades desperdiçadas por países pouco desenvolvidos que descobriram grandes reservas de petróleo. O Brasil, face ao tempo que se tem pela frente até que a produção do pré-sal se materialize, pode se preparar para evitar esse tipo de maldição.

Um equívoco é a centralização da administração dos recursos no Executivo federal. É o que acontecerá com o fim da participação especial, distribuída entre estados e municípios das áreas produtoras.

Com o pré-sal, governadores e prefeitos, mantida a participação especial, teriam condições de executar projetos com o conhecimento da realidade local, distante do burocrata de Brasília. E sem prejudicar a Federação, pois o Tesouro recolhe quase a metade desses recursos, e pode destiná-los a outras regiões.

Ampliar benefícios – José Luis Vianna – O Globo – Opinião – 13/10/2009

O Fundo Social é parte do conjunto do marco regulatório para o pré-sal e áreas estratégicas. Será vinculado à Presidência da República, reunirá os recursos que cabem ao governo federal e será voltado prioritariamente para investimentos no combate à pobreza, em educação e cultura, em ciência e tecnologia e na preservação ambiental.

Dois dos aspectos polêmicos dessa proposta são o fato de que os recursos não serão geridos ou canalizados diretamente para os cofres estaduais e municipais, como é

hoje; e a perspectiva de estender-se a todo o país — estados e municípios — os seus benefícios.

As principais justificativas do governo federal são: 1) evitar a “maldição do petróleo”, que agrava os problemas de desenvolvimento via redução à condição de mero exportador de óleo e produtor de commodities; e 2) evitar a “doença holandesa”, pela qual, simplificando, a entrada excessiva de moeda estrangeira valoriza a nacional, prejudica as exportações e o parque produtivo. É fato que existe o perigo da “maldição do petróleo”, assim como é fato que o monopólio do governo central na gestão dos recursos não imuniza contra tal perigo.

Uma política de diversificação da base produtiva, com suporte sólido na produção familiar, nos pequenos e micronegócios, e numa economia fortemente apoiada no mercado interno complementa a estratégia contra a alta dependência do mercado externo e das commodities. Nesse sentido, a questão do controle social tornase crucial. É preciso que, na definição das prioridades dos investimentos, seja garantida a ampla participação, entre outros, da comunidade acadêmica e dos movimentos populares, capazes de defender os interesses que acabam sempre em segundo plano na luta política desigual entre as parcelas penalizadas da população e grandes corporações e grupos de interesse.

É nesse cenário que se pode retomar a participação de estados e municípios, e não de forma individualizada e pulverizada, ao sabor de interesses paroquiais atomizados.

É preciso muito debate, amplo e qualificado, para democratizar o controle sobre a nova riqueza do país.

Para economista, pré-sal deve financiar transição energética - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial – 02/10/2009

Sérgio Besserman: "A questão da Amazônia é que definirá se o Brasil estará à altura da oportunidade que está à nossa frente"

Para que a economia brasileira seja descarbonizada e esteja pronta a ser competitiva no mundo de 2020, o maior investimento necessário será em educação, pesquisa científica e no engajamento das empresas no processo de inovação tecnológica. Em paralelo, as riquezas do pré-sal têm que financiar a transição para outra matriz energética, aproveitando as vantagens comparativas do Brasil em biomassa, pequenas hidrelétricas, energia solar e eólica. "O pré-sal é uma benção, uma riqueza, mas é o passado", diz nesta entrevista o economista e professor Sérgio Besserman Viana.

Besserman, que fez longa carreira no BNDES e presidiu o IBGE durante o governo Fernando Henrique, assina o capítulo "A Sustentabilidade do Brasil" do livro "Brasil pós-crise - Agenda para a Próxima Década", organizado pelos economistas Fabio Giambiagi e Octavio de Barros. A obra, que acaba de sair (Editora Campus, 384 páginas, R\$ 89), pretende estimular "propostas para que o Brasil de 2020 seja muito melhor que o de 2010". Reúne textos de economistas e gente que pensa o Brasil. Coube a Besserman, junto com o colega José Eli da Veiga e o cientista político Sérgio Abranches, inserir os contornos da temática ambiental nesta pauta.

Os autores dizem ter tentado "introduzir na lógica econômica a consciência de que existem limites naturais em um planeta finito". Eles explicam como enxergam o futuro: "A agenda do século XXI será presidida pelas escolhas sobre como considerar as

perdas de capital natural", dizem os autores. "E, nos próximos anos, as principais decisões na economia, na governança e na política mundial dirão respeito à intensidade, à velocidade e à forma como os custos da descarbonização dos processos produtivos e modos de consumo serão internalizados na economia de mercado."

Garimparam informações diversas sobre o mundo do futuro. A Agência Internacional de Energia projeta um aumento de 50% da demanda energética até 2030, com dependência nos combustíveis fósseis, a continuar a toada atual. Lembram que é o padrão de consumo dos países desenvolvidos (e dos ricos e da classe média dos emergentes), o que soma cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo, o grande responsável pelo nível atual das emissões de gases que provocam o efeito estufa. "Os demais 5 bilhões de humanos, especialmente centenas de milhões na China, Índia, Brasil, Rússia, México, entre outros que antes da crise estavam começando a superar os patamares da pobreza, ambicionam legitimamente e esforçam-se para alcançar exatamente o mesmo tipo de consumo." Este é um dos impasses do acordo do clima que, se espera, seja assinado em dezembro, na CoP-15, a conferência do clima de Copenhague.

O desafio que o mundo tem pela frente é gigantesco. Reduzir até 2050 as emissões pela metade do que eram em 1990 significa imaginar que, em 2035, o mundo de 9 bilhões de pessoas não poderá emitir mais do que 9 bilhões de toneladas de carbono por ano - ou uma tonelada por pessoa. "Hoje as nações industrializadas emitem, em termos per capita, quatro vezes mais do que isso. As nações em desenvolvimento, por sua vez, emitem per capita quatro vezes menos do que isso", pontua o texto. "E se há uma grande novidade histórica na primeira década do século XXI, pelo menos até a eclosão da crise, é a velocidade com que suas economias crescem e que suas populações expandem o consumo e, conseqüentemente, suas emissões."

Para quem raciocina em termos de energia, os autores recorrem às premissas do físico Marcelo Gleiser que lembra que o consumo de energia mundial foi de 14 trilhões de watts em 2006. Projetando o aumento da população, um crescimento econômico modesto (1,6% ao ano) e um inacreditável aumento na eficiência do uso de energia (de 500%), mesmo assim o mundo usará 28 trilhões de watts em 2050, nas suas contas. Ou seja, mesmo com um esforço absurdo, o mundo usará o dobro de energia na metade do século.

Os autores refletem sobre o impacto da crise econômica, no curto prazo, na questão climática, com a óbvia redução nas emissões de gases-estufa decorrentes do refluxo no nível de atividades da economia mundial. Mas então apontam que a "lacuna da maioria dos diagnósticos atuais está em não considerar que não basta a retomada da confiança e do crédito para que esse processo possa ocorrer. A indefinição sobre as decisões globais relativas à descarbonização da produção e do consumo implica também incerteza sobre o futuro sistema de preços relativos na economia, tornando muito difícil o cálculo da taxa de retorno e aumentando a taxa de risco dos investimentos de prazo mais longo." Touché. Sem acordo climático, o cenário econômico continua obscuro, aposta o trio.

Se a descarbonização da economia mundial é uma certeza, dizem, a velocidade com que as decisões serão tomadas é que é a grande dúvida. O atraso nas negociações de um acordo climático só aumentará a incerteza e os custos da transição, diz Besserman. Acordos mal costurados trazem o risco de fragmentação mundial e um protecionismo que já se insinua. A seguir, trechos da entrevista:

Valor: *Qual o risco, na economia, de um atraso do acordo climático mundial? O que acontece se não for assinado em Copenhague?*

Sérgio Besserman Vianna: O fracasso de uma negociação de acordo contra a mudança climática vai fazer com que os custos para combater o aquecimento global poucos anos à frente sejam muito mais elevados do que se iniciarmos hoje a transição. Ao mesmo tempo existirão também custos de fragmentação política e riscos de protecionismo.

Valor: *O mundo, dizem vocês, pode sucumbir nos próximos anos à fragmentação e à tentação protecionista. O que imaginam?*

Besserman: É um cenário indesejável e não muito provável, mas pode ocorrer de não haver um acordo eficaz contra o aquecimento global, ou acordos que não contem com a adesão generalizada e isso impulsiona o mundo na direção da fragmentação da governança global. Se houver um acordo e China, Índia e Brasil não entrarem, isto é um mundo que não encontra a governança global necessária para os desafios que tem pela frente.

Valor: *E o protecionismo está se esboçando?*

Besserman: Já está sugerido. Aparece por exemplo numa cláusula da lei climática já aprovada pela Câmara do Congresso dos Estados Unidos e que torna possível a adoção de medidas fortemente protecionistas contra produtos de países que não participem do acordo global da mudança climática. A lei não foi ainda aprovada no Senado e o presidente Obama fez um reparo admitindo o protecionismo desta cláusula. Mas a lógica econômica sugere que não é viável que os EUA passem a ter um custo para emitir gases de efeito-estufa e permitam desvio de comércio, produção e investimentos para países que não fazem parte do movimento geral contra o aquecimento global.

Valor: *Porque esta cláusula é ameaçadora?*

Besserman: Países que fizerem parte do acordo contra a mudança climática estarão impondo um custo na emissão de gases-estufa. Um determinado bem de consumo nos EUA se tornará mais caro por conta do custos de sua emissão. Suponha um país hipotético na Ásia, que não tem metas, não faz parte do acordo global e produz o mesmo bem... Poderia acontecer, por exemplo, de a produção dos EUA tender a ser desviada para aquele país, porque é mais barato. Mas isso não vai acontecer porque serão impostas barreiras comerciais ao país fora do acordo global. Este ponto está na agenda também com declarações recentes do presidente francês Nicolas Sarkozy na mesma direção. A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) também tem se pronunciado sobre o tema.

Valor: *Está no livro: a superação das energias sujas tem o potencial de se constituir no próximo grande boom de inovações e isto pode ser um impulso para a saída da crise. A China parece estar perseguindo esta trilha, mas também não quer abrir mão do carvão. Como fica?*

Besserman: São cenários em aberto a depender do acordo global que pode acontecer agora em Copenhague ou não. Ali, depurando tudo, vamos estar precificando o custo de emitir gases-estufa. O tamanho da meta necessária para tentar atingir o objetivo fixado de não aquecer o planeta mais de 2 C sinaliza uma grande transição tecnológica, que diz respeito, num primeiro momento, à eficiência energética em geral, e um forte impulso às fontes renováveis de energia. Mas este é apenas o início. Porque em seguida vêm todas as mudanças decorrentes das alterações de preços relativos que tende a se acentuar porque as metas para 2050 são ainda mais radicais que as previstas para 2020. Vem uma grande transição pela frente, isto é certo, e quem acompanhar esta transição tecnológica vai se inserir competitivamente neste novo mundo. Quem não

acompanhar, e se agarrar às formas do passado sem visualizar esta transição radical e profunda, corre o risco de ficar descompassado.

Valor: *Como fica o Brasil na descarbonização de sua economia?*

Besserman: É uma imensa oportunidade. Temos grandes vantagens comparativas neste mundo de baixo teor de carbono, como a nossa matriz energética, que já é mais limpa, ou políticas benéficas em si, como a redução do desmatamento da Amazônia. Temos que fazer modificações na logística, como no nosso setor de transportes. Estas vantagens comparativas podem se tornar vantagens competitivas.

Valor: *Os senhores dizem que o maior investimento necessário para que a economia brasileira seja descarbonizada é em educação e tecnologia. Pode explicar?*

Besserman: Esta nova economia tem enorme ênfase em conhecimento. Não só por conta das inovações tecnológicas necessárias para chegar a ela, mas porque seria um modo de produzir e consumir muito avesso a desperdícios e ineficiência. E isso depende de conhecimento.

Valor: *Os senhores dizem que o Brasil está fazendo "diversos equívocos" no campo da energia. Falam das políticas que subsidiam o uso do carvão e das térmicas a óleo, mas também mencionam as hidrelétricas. Como assim?*

Besserman: No caso das hidrelétricas é um não aproveitamento inteligente das possibilidades de integração com outras fontes renováveis, do potencial das pequenas hidrelétricas e de uma melhoria no padrão de gestão e transparência no caso das hidrelétricas maiores. No caso da energia em geral, é preciso ter claro que o futuro são as fontes renováveis e não emissoras de gases-estufa. O pré-sal é uma benção, uma riqueza, mas é o passado.

Valor: *O passado?*

Besserman: Sim, porque estamos nos preparando para o fim da civilização dos combustíveis fósseis.

Valor: *Como fica esta "benção"?*

Besserman: O uso inteligente do pré-sal é utilizar estes recursos para potencializar a transição para outra matriz energética, aproveitando as vantagens comparativas do Brasil em biomassa, solar, eólica, pequenas hidrelétricas. Sim, este é o futuro. Usar o recurso do pré-sal para ir a este futuro é maravilha. Mas apostar no mundo dos combustíveis fósseis e ficar estacionado nele seria um equívoco. Para mim, o risco é o país, em vez de mobilizar seus recursos para a transição tecnológica, acabar utilizando-os de forma a ficar ancorado no mundo do passado. Planejamento e política industrial mirando a transição tecnológica da matriz energética é muito importante. Neste novo mundo há riquezas equivalentes a muitos pré-sais.

Valor: *Energia nuclear é opção?*

Besserman: Desde que a custos suficientemente competitivos para compensar algumas externalidades negativas, como o lixo radioativo. E na condição de uma solução racional para o lixo radioativo nos próximos 300 a 500 anos, ela pode, sim, ter um papel importante na matriz do Brasil.

Valor: *No caso da Amazônia, vocês lembram que não há um modelo a ser copiado. E agora?*

Besserman: A questão da Amazônia é que definirá se o Brasil estará à altura da oportunidade que está à nossa frente. Porque ali, além do aprimoramento das políticas de monitoramento e gestão e de grandes avanços em iniciativas contra o desmatamento como a moratória da soja, nós precisaríamos dar um grande salto e criar, pela primeira vez na história um modelo de desenvolvimento sustentável para uma economia tropical.

Valor: *Por que uma agenda para a Amazônia estará "necessariamente no centro de uma agenda de desenvolvimento brasileira para o século XXI"?*

Besserman: Trata-se de um desafio civilizatório novo. Um país como o Brasil, que tem um pé na modernidade, terá que demonstrar pioneiramente a possibilidade de fazer o que o professor Carlos Nobre, do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), e a geógrafa Bertha Becker apresentam como o caminho para que o Brasil se torne uma potência ambiental. E isto é, basicamente, conhecimento.

Valor: *Por que pensar o futuro da Amazônia apenas em termos de uma "economia um pouco mais sustentável, com seu povo um pouco menos pobre, é escolher a degradação no médio prazo?" Não é isso que está embutido no discurso dos países ricos ao dizer que é mais barato agir aqui do que lá?*

Besserman: Acho que este discurso é mais nosso do que deles, de uma parte atrasada do Brasil que tem a ideia que a continuidade do tipo de ocupação atual leva a um verdadeiro desenvolvimento econômico e à emancipação social da região. Não leva e é quase uma ofensa ao futuro das populações que lá vivem. Elas não querem um pouco mais. Elas têm direito ao que a Amazônia tem ali de riqueza e pode oferecer ao Brasil e ao mundo. É um novo modelo de desenvolvimento.

Valor: *Segundo os senhores, a Amazônia sustentável só é possível com um polo de desenvolvimento hightech, uma espécie de "silicon valley". O que é isso?*

Besserman: A sustentabilidade da floresta passa por sua capacidade de gerar valor. Esta geração de valor decorrerá, em parte, de acordos globais que precifiquem os serviços que a Amazônia presta ao mundo, mas em outra parte, de uma aplicação intensiva de conhecimento, de forma que os recursos ali disponíveis, especialmente o reservatório genômico, permitam a produção de riquezas.

Valor: *O senhor mencionou que é preciso rever a política de transportes? Como?*

Besserman: A construção de uma economia de baixo carbono no Brasil tem três grandes eixos. A Amazônia, a energia e a logística. O setor imediato a mexer aí dentro é transporte. É do maior interesse nosso redesenhar um modelo sustentável com forte redução de emissões e para o futuro. Isto significa conseguir, através de parcerias público-privadas rever a questão das ferrovias, hidrovias e navegação costeira e fazer um planejamento inteligente da integração de todos estes modais.

Valor: *Este mundo novo contempla a pavimentação da BR-319, a Manaus-Porto Velho?*

Besserman: Mesmo com todos os cuidados, a criação de áreas ambientais e planejamento, o que já seria um grande avanço, a pavimentação não deixa de ser a reprodução de um modelo de ocupação da Amazônia que tem se revelado ineficiente e fora do controle. Um mínimo de visão estratégica sugere que externalidades positivas recomendam o reexame da hipótese de hidrovias ou ferrovias.

Valor: *Esta agenda, então, não é um limite ao crescimento?*

Besserman: Não, apenas não é o limite como é o caminho para a inserção mais competitiva da economia brasileira na economia mundial.

Esperança para a energia renovável - Kandeh K. Yumkella – Valor Econômico – Opinião - 13/10/2009

Criação da Agência Internacional de Energia Renovável (Irena na sigla em inglês) sinaliza que em todo o mundo os governos estão levando as fontes renováveis a sério

Uma década atrás, energia renovável era considerada um sucedâneo indesejável dos combustíveis fósseis, mas o recente estabelecimento da Agência Internacional de Energia Renovável (Irena na sigla em inglês) sinaliza que em todo o mundo os governos estão levando as fontes renováveis a sério. Em vista das crescentes preocupações sobre as mudanças climáticas e a volatilidade dos preços do petróleo e de outros combustíveis fósseis, as opções de energia renovável estão finalmente criando uma perspectiva viável.

A Irena terá sede nos Emirados Árabes Unidos (EAU), na cidade de Masdar, a primeira cidade do mundo neutra em geração de dióxido de carbono que será construída no deserto até 2011. A agência também manterá duas presenças cruciais na Europa: um centro de inovações e tecnologia em Bonn e um escritório em Viena para alianças estratégicas com outras agências, especialmente da ONU.

Em 2008, perto de US\$ 155 bilhões foram investidos em empresas e projetos de energia renovável em todo o mundo, não incluindo grandes obras hidrelétricas, segundo recente relatório do Programa Ambiental da ONU. Em escala mundial, o setor de energia renovável criou 2,3 milhões de empregos nos últimos anos. Somente na Alemanha, o crescimento do setor gerou 250 mil novos empregos verdes em menos de dez anos.

Grandes empresas estão investindo bilhões de dólares para investigar as oportunidades que as fontes renováveis podem proporcionar. Existem sérios planos contemplando a conversão de calor e luz solares no deserto do Saara em importante fonte energética europeia, suprimindo energia a meio bilhão de pessoas. Algumas estimativas sugerem que o projeto poderá custar até US\$ 60 bilhões para começar a levar eletricidade do Saara à Europa daqui a dez anos. Com apoio estatal, os progressos poderiam ser muito mais rápidos. Os custos são enormes, mas a atual crise econômica e financeira nos ensinou a não temer números de dez dígitos.

Os custos de energias renováveis vão acabar caindo, paralelamente às inovações tecnológicas e à produção em massa. O Parlamento Europeu promulgou recentemente uma lei para apoiar investidores que contribuam para que o continente atinja sua meta de, até 2020, estar obtendo 20% de sua eletricidade de fontes de energia renovável.

Como nova plataforma mundial para desenvolvimento de renováveis, a Irena dará consultoria sobre políticas e ajudará a incrementar capacidade geradora e a transferir tecnologia. Isso contribuirá para possibilitar aos países mais pobres acesso, a custos razoáveis, a energia limpa, um passo fundamental no sentido de tirar milhões de pessoas da pobreza. Entretanto, cétricos poderiam dizer: será que precisamos realmente de mais uma sigla na sopa de letrinhas da burocracia mundial? Minha resposta é sim. Essa nova agência já tem imenso potencial.

Em primeiro lugar, a Irena já começará a funcionar assim que for instituída, desenvolvendo políticas e disseminando tecnologias, em parte porque os países instrumentais para seu nascimento - Dinamarca, Alemanha e Espanha - têm impecáveis credenciais em políticas ambientais. A Dinamarca é pioneira na área de energia elétrica eólica comercial e produz metade das turbinas eólicas no mundo. O país poderá em breve criar o cenário para o mundo pós-Kyoto.

A Alemanha lidera no setor de tecnologia limpa, focada em eletricidade obtida de energia solar. Até 2020, os alemães planejam extrair 47% de sua eletricidade de fontes renováveis. A Espanha foi um dos primeiros países a adotar um plano energético nacional visando incentivar o uso de fontes renováveis de energia e reduzir emissões de gases que provocam o efeito estufa. Eu acrescentaria também, aqui, a Áustria, um pólo internacional comprovado de desenvolvimento energético e líder em produção e tecnologias de energia renovável.

Em segundo lugar, o grande número de países membros da nova agência - no total, são 136 nações - está profundamente interessado em beneficiar-se das oportunidades que a energia renovável criará para crescimento, emprego e para ajudar a cumprir as Metas de Desenvolvimento do Milênio da ONU. Esses países têm consciência do potencial da energia renovável, e especialmente - em áreas rurais- das novas soluções não interligadas a redes estabelecidas de eletricidade.

Em terceiro lugar, a Irena ficará baseada num país em desenvolvimento, o que significa um voto de confiança na qualidade, competência institucional e dinamismo que existem no mundo em desenvolvimento. Além disso, uma sede em Abu Dhabi equivale a uma mensagem inequívoca de que o fomento à energia renovável não é "antipetróleo". Os combustíveis fósseis continuarão presentes por algum tempo, e nós deveríamos investigar continuamente maneiras mais limpas de usá-los.

Ao mesmo tempo, precisamos encarar a realidade: os combustíveis fósseis não durarão eternamente, e alguns suprimentos poderão escassear em breve. Portanto, precisamos planejar para o inevitável e desenvolver as políticas, tecnologias e infraestrutura institucional relevantes tão logo quanto possível.

A Irena pode não ser um componente do sistema da ONU, mas precisa ser considerada desde o início como parte da família. Uma lição que aprendemos tanto com o debate sobre mudanças climáticas em preparação à cúpula de dezembro em Copenhague como da crise econômica é que apenas trabalhando em conjunto poderemos promover mudanças efetivas.

Em certo sentido, essa mudança já começou. A Irena é prova inconteste de que nosso mundo tem a vontade de distanciar-se de seu passado sujo de carbono e de assegurar os combustíveis necessários para viabilizar um futuro limpo e próspero que possa ser desfrutado tanto pelos países desenvolvidos como em desenvolvimento.

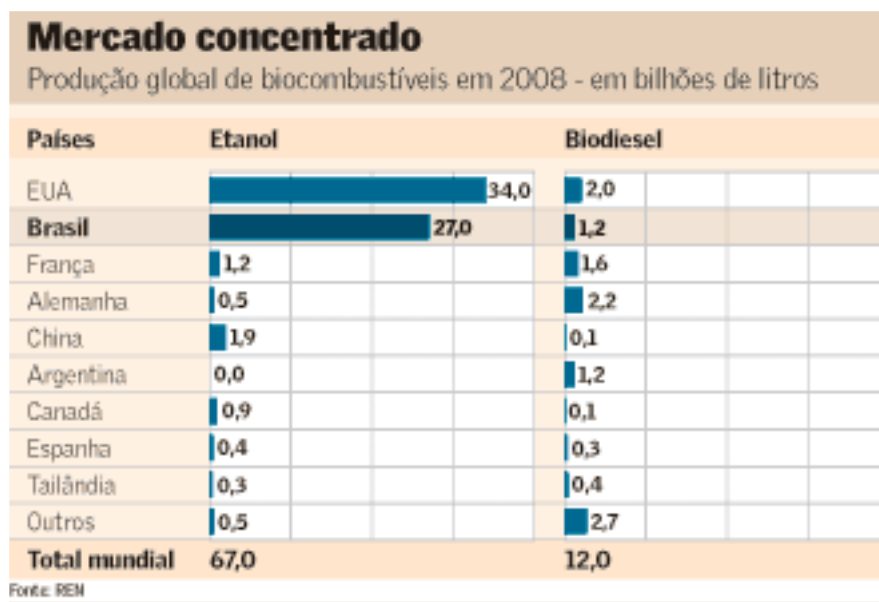
Kandeh K. Yumkella é diretor geral da Organização para Desenvolvimento Industrial da ONU. Copyright: Project Syndicate, 2009. www.project-syndicate.org

Cenário positivo para biocombustível - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 14/10/2009

O cenário para os biocombustíveis poderá mudar a partir de 2010, com a recuperação da economia global e a maior disposição dos países desenvolvidos em discutir as mudanças climáticas. "Hoje a produção está concentrada nos EUA e no Brasil, mas há incentivos dos países desenvolvidos de estimularem a produção de biocombustíveis na África, que tem um clima muito parecido com o do Brasil", afirmou Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBI).

Estudo feito por Pires e Rafael Schechtman, também do CBI, mostra que a concentração da produção de biocombustíveis tende a diminuir, uma vez que muitos

países têm estimulado o uso de biocombustíveis devido à questão ambiental. Um objetivo comum a todos os governos é a redução de emissão dos gases de efeito estufa e segurança energética, com diversificação das fontes. A Unica (União da Indústria da Cana-de-açúcar) divulga hoje esse estudo, em Brasília, no seminário organizado pela entidade.



Entre 2000 e 2008, a produção de etanol registrou alta de 18,6% por ano, em média, e a de biodiesel, 37,3%. A oferta global de etanol alcançou 67 bilhões de litros em 2008 e a de biodiesel 12 bilhões. Esses volumes equivalem a cerca de 920 mil barris/dia de petróleo, ou 1,1% da produção mundial do combustível fóssil.

EUA e Brasil representam, juntos, quase 90% da produção mundial de etanol. Com relação ao biodiesel, o destaque é a Alemanha, cuja produção de 2,2 bilhões de litros representou 18% da produção mundial em 2008. A produção de biodiesel tem sido dominada pela União Europeia (UE), que responde por dois terços da oferta global.

De acordo com Pires, o Brasil deverá conduzir o processo, inclusive com a transferência de tecnologia agrícola e industrial.

Pires observa em seu estudo que boa parte dos países produtores de biocombustíveis se valem de políticas públicas, com apoio financeiro na forma de isenção ou redução de tributos ou de concessão de subsídios, e de cotas para estimular a produção local. Muitos também impõem restrições comerciais na forma de tarifas aduaneiras às importações.

"A questão ambiental deverá movimentar o setor. Isto não quer dizer que os biocombustíveis substituirão a gasolina e que o Brasil será a Arábia Saudita do etanol, mas a maior produção será uma alternativa ao combustível fóssil", disse Pires. "O mundo está se recuperando. Em 2010, veremos um novo ciclo de crescimento econômico."

Um ponto importante levantado no estudo é que, em muitos países, os biocombustíveis, como a maioria das novas fontes alternativas, têm custo significativamente maior do que o dos derivados de petróleo, o que justifica em parte os incentivos dados.

ETH fornecerá etanol para 'plástico verde' – Valor Econômico – Agronegócios – 14/10/2009

A ETH Bioenergia, controlada pelo grupo Odebrecht, fechou contrato com a Braskem, braço petroquímico de sua controladora, para fornecer cerca de 150 milhões de litros de etanol por três anos. O valor desse contrato é estimado em cerca de R\$ 160 milhões.

O etanol fornecido pela ETH será utilizado pela Braskem como matéria-prima para produção de polietileno de fonte 100% renovável, o "plástico verde".

Hoje, a ETH inaugura seu segundo projeto "greenfield" em Nova Alvorada do Sul (MS). O primeiro, o de Caçu (GO), iniciou suas operações em agosto. A empresa já tem duas usinas em operação, adquiridas em 2008. Na semana passada, a ETH anunciou que deverá fazer uma combinação de ativos e operações com a Brenco. (MS)

Biodiesel

Biodiesel: novas regras beneficiam agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA - 23/10/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva - acompanhado do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e do presidente da Petrobras Biocombustível, Miguel Rossetto - anunciou, nesta sexta-feira (23), em Brasília, mudanças no percentual de mistura do biodiesel ao diesel. A partir de **2010**, o índice passa de **4%** para **5%**.

As novas regras - o chamado "B5" - foram antecipadas pelo governo federal em razão do sucesso do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), cujo objetivo é promover a inclusão social e o desenvolvimento regional. O PNPB é um programa interministerial de incentivo à produção e ao uso do biodiesel de forma sustentável para a geração de emprego e renda no País.

Com a efetivação do B5 na mistura do biodiesel ao diesel brasileiro, espera-se, também, uma resposta da agricultura familiar, responsável por parcela significativa de matérias-primas adquiridas pelas empresas produtoras de biodiesel. Números consolidados da safra 2007/2008 mostram cerca de 31 mil famílias contratadas e fornecedoras de insumo para a produção de biodiesel.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

Compra de álcool do Brasil provoca polêmica na Suíça - Assis Moreira, - Valor Econômico – Agronegócios - 15/10/2009

Um projeto de uma empresa da Suécia de importar 130 mil toneladas de etanol brasileiro por ano para refiná-lo e comercializá-lo na Suíça está provocando grande polêmica no Estado suíço de Delemont, na região central do país, com protestos de diversas entidades relacionadas com a sustentabilidade do negócio.

A empresa Greenbioenergy, controlada por investidores escandinavos, decidiu instalar a usina em Delemont a partir de um investimento de US\$ 100 milhões. O plano é aproveitar a demanda por biocombustíveis, já que a produção helvética foi interrompida por ser economicamente muito desvantajosa.

Com isso, a ideia passou a ser importar o etanol brasileiro produzido a partir da cana-de açúcar e refiná-lo na Suíça para obter 100% de pureza do produto. "Vamos tratar os 10% finais do produto", afirma Jean François Gnaegi, responsável pelo projeto. Com isso, o projeto é vender 20% da produção para o setor farmacêutico e os outros 80% para o consumo como combustível.

A implantação de uma usina de produção de etanol responde assim à necessidade de bioetanol, permite redução de gás carbônico e diminui a dependência energética e financeira do petróleo, de acordo com a empresa.

A companhia procurou mostrar que, produzido de maneira responsável e respeitando os critérios fixados pelo governo suíço, o etanol à base de cana do Brasil reduz os gases de efeito estufa em até 80%, mais do que qualquer outro biocarburante.

Mas nada disso convence organizações ecológicas na Suíça. Entidades voltaram a protestar ontem, inclusive com um "trem contra a fome". Elas querem uma moratória para bloquear a produção de etanol. Estimam que a importação de etanol de cana do Brasil "coloca gravemente em perigo os direitos e a saúde dos trabalhadores, a alimentação e o futuro de pequenos agricultores brasileiros, como também a biodiversidade dos meios naturais brasileiros".

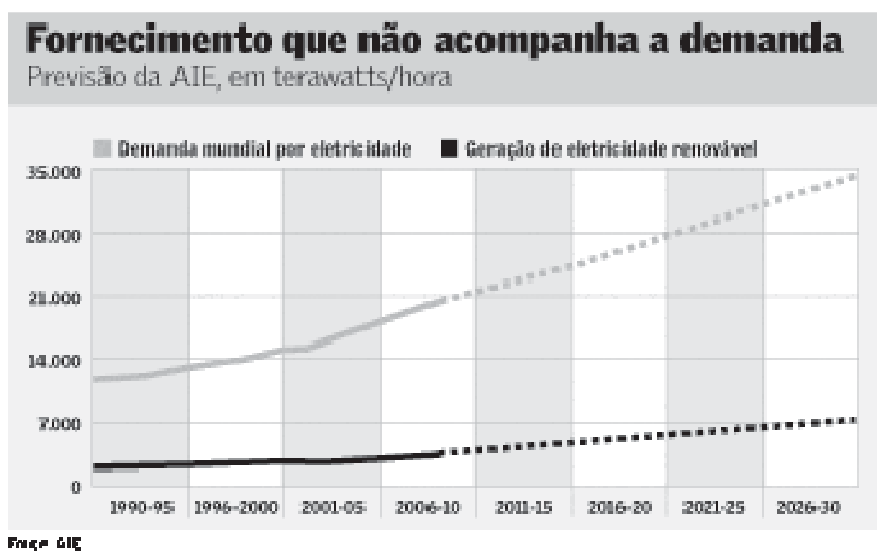
Para os representantes das entidades ambientalistas, a produção de um agrocarburante economicamente rentável só é possível com "pressão considerável sobre o desmatamento, redução de fertilidade de solos e poluições diversas" - acusações que o Brasil já cansou de negar.

Mas o conflito está criado e ilustra o que pode ocorrer em outras regiões da Europa. A empresa conta com o tempo, já que a construção da usina levará ainda dois anos e meio. E já acena com mais importação de etanol de segunda geração, feito a partir de fontes como detritos de madeira.

Energia renovável não bastará, diz AIE – Valor Econômico – Internacional – 20/10/2009

Turbinas eólicas, painéis solares e usinas hidrelétricas não serão construídas rápido o bastante para acompanhar o ritmo da demanda global de eletricidade até 2030, segundo previsão da Agência Internacional de Energia (AIE).

O gráfico mostra a crescente disparidade entre a energia gerada com combustíveis renováveis e o consumo total. Isso significa que as usinas movidas a carvão, mais baratas, porém mais poluentes, vão aumentar sua participação no total de geração mundial. Isso deve gerar um aumento extra nas emissões dos gases-estufa, responsáveis pelo aquecimento global.



Para dar conta do grande aumento de consumo, países em desenvolvimento, como China e Índia, precisarão de novos geradores para produzir o equivalente a mais de quatro vezes o potencial elétrico total dos EUA hoje, segundo a AIE. Baseando-se no atual cenário de políticas energéticas com uso intensivo de combustíveis fósseis, a agência estima que o aumento de produção custará aos emergentes US\$ 13,7 trilhões, até 2030.

"Temos de considerar que o carvão ainda será a escolha primária de geração de energia no futuro", disse José Garcia, analista na consultoria Brattle Group, de Madri.

A queima de carvão deve contribuir em 44% para da geração de eletricidade em 2030, contra cerca de 41% atualmente, disse a AIE. A tonelada de carvão pode chegar a custar US\$ 109 em 2030, menos do que os US\$ 120, de 2008, segundo estimativa da agência.

"Nós vamos precisar tanto de mais energia renovável quanto de maior eficiência energética" para acabar com a crescente disparidade entre a demanda crescente por eletricidade e a oferta de energia de baixo carbono, disse Claudia Kemfert, analista-chefe de energia do instituto econômico DIW, de Berlim.

Biodiesel

Impasse na Mesa Redonda da palma – Valor Econômico – Agronegócios – 27/10/2009

Colheita de palma na Malásia: divergência sobre critério de sustentabilidade

Os esforços internacionais para garantir que a produção de óleo de palma (dendê) seja sustentável correm o risco de entrar em colapso. Segundo reportagem do jornal britânico "The Guardian", ambientalistas e a indústria não chegaram a um acordo sobre a obrigatoriedade do setor de reduzir suas emissões de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global.

A redução dessas emissões é crucial para governos compradores de biocombustíveis a base de palma, sobretudo europeus, que passaram a adotar percentuais maiores de substituição de combustível limpo ao de origem fóssil. O Reino Unido, por exemplo, introduziu no ano passado a obrigatoriedade de 2,5% de mistura à gasolina e ao diesel - sendo que 8% desses biocombustíveis são à base de palma.

Ao mesmo tempo em que tentam minimizar uma forte fonte de emissões de gases-estufa, que é o setor de transportes, esses países são criticados por comprarem óleo gerado a partir do desmatamento de florestas nativas da Ásia - anulando os benefícios dos biocombustíveis e piorando o estado do planeta.

Criada em 2004 para estabelecer padrões ambientais internacionais para a produção mundial, a Mesa Redonda para a Palma Sustentável (RSPO, na sigla em inglês) se dividiu em torno da necessidade de quantificação as emissões geradas com o plantio de palmas em áreas alagadas, que produz um volume significativo de gases. "Não vejo como a RSPO poderá continuar sendo um organismo certificador se as emissões não forem incluídas nos padrões de sustentabilidade", disse ao "The Guardian" Marcus Silvius, da organização ambientalista Wetlands International e também membro da RPSO.

"As áreas alagadas são usadas no mundo inteiro para fim comercial. Então não sei porque não podemos alocar parte de nossos recursos para a produção de óleo de palma e gerar renda para a população local", devolveu a Associação de Produtores de Óleo de Palma da Malásia.

Na reunião do clima em dezembro, em Copenhague, um dos temas de debate será justamente a compensação financeiras a que países tropicais, como Malásia e Brasil, teriam direito se mantivessem suas florestas em pé. O esquema, no entanto, não deve ser aprovado já desta vez.

Apesar do impasse, a pressão pela preservação dessas florestas é crescente sobre a indústria. A Nestlé, maior empresa mundial de alimentos, anunciou recentemente que pretende utilizar até 2015 apenas "óleo sustentável certificado" como matéria-prima para seus produtos. A decisão vem na esteira de uma revisão completa da cadeia de fornecimento do óleo da companhia, criticada pelo Greenpeace de ignorar a destruição das florestas da Indonésia em nome da lavoura. Membro da RSPO, a empresa disse que utiliza 0,7% (320 mil toneladas) da oferta mundial do óleo e que busca encontrar uma solução para a ameaça ambiental causada pela palma na Ásia.

Indonésia e Malásia são os dois maiores produtores mundiais do óleo, nesta ordem, e suas produções seguem de vento e popa. Ontem, os contratos futuros do óleo reverteram a tendência altista e fecharam com queda de 0,9%, para 2,218 ringgit (US\$ 656) por tonelada, devido a informações de que a Malásia elevará a produção em 2010.

O país produzirá 17,8 milhões de toneladas, uma alta anual recorde de 4,9%, em decorrência do aumento na área plantada.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

